

VIOLÊNCIA ESCOLAR: CAUSAS E DESAFIOS À FORMAÇÃO E À EDUCAÇÃO NO BRASIL

Tania Coelho de Souza¹
taniacoelho@ymail.com
Universidade Federal Fluminense
UFF/Brasil

Valdelúcia Alves da Costa²
valdeluciaalvescosta@id.uff.br
Universidade Federal Fluminense
CNPq/UFF/Brasil

Resumo

Este estudo é parte de uma dissertação de mestrado em educação desenvolvida na UFF, cuja problemática é a violência manifestada contra estudantes com deficiência e os desafios postos à formação docente e à educação na escola pública, levando em consideração que o silenciamento da voz e dos corpos foi historicamente imposto às pessoas com deficiência na sociedade burguesa, na qual impera a lógica da produção e do capital em detrimento da valorização da vida humana. Isso gerou (e continua gerando) a violência em suas múltiplas manifestações, como o preconceito e o *bullying* contra essas pessoas submetidas à permanente situação de vulnerabilidade. Com os movimentos em prol da educação inclusiva verifica-se a necessidade de se identificar as causas da violência e sua manifestação na escola. Este estudo tem por objetivos identificar as causas da violência manifestada contra estudantes em situação de inclusão, matriculados no Ensino Técnico da FAETEC (Niterói/Brasil), e analisar a formação dos professores e suas atitudes frente à violência e à inclusão na escola pública. O referencial teórico adotado é a Teoria Crítica da Sociedade, com a participação de estudantes com deficiência e professores que serão entrevistados para saber suas experiências com a manifestação da violência no cotidiano escolar.

Palavras-chave: *Bullying*; Educação Inclusiva; Preconceito; Violência Escolar.

Abstract

This study is part of a master's thesis in education developed at the UFF, whose problem is violence manifested against students with disabilities and the challenges posed to teacher training and public school education, taking into account that the silencing of voice and bodies was historically imposed on people with disabilities in bourgeois society, in which the logic of production and capital prevails over valuation of human life. This has generated (and continues to generate) violence in its manifold manifestations, such as prejudice and bullying against those people subjected to a permanent situation of vulnerability. With the movements for inclusive education there is a need to identify the causes of violence and its manifestation in school. The purpose of this study is to identify the causes of violence against enrolled students enrolled in FAETEC Technical Education (Niterói, Brazil), and to analyze teacher training and their attitudes towards violence and inclusion in public schools. The theoretical framework adopted is the Critical Theory of Society, with the participation of students with disabilities and teachers who will be interviewed to know their experiences with the manifestation of violence in school everyday.

Key words: *Bullying*; Inclusive Education; Preconception; School Violence.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Grupo de Pesquisa/CNPq 'Políticas em Educação: Formação, Cultura e Inclusão. Contato: taniacoelho@ymail.com

² Professora Titular, Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Grupo de Pesquisa/CNPq 'Políticas em Educação: Formação, Cultura e Inclusão'. Coordenadora Associada do Projeto de Pesquisa/CNPq/USP/UFF 'Violência Escolar: discriminação, *bullying* e responsabilidade'. Coordenadora do Observatório de Educação: violência, inclusão e direitos humanos/CNPq. Orientadora desta pesquisa.

Introdução

Os silenciamentos sociais foram historicamente impostos às pessoas com deficiência tipificaram, para a manutenção do preconceito, aqueles que apresentavam diferenças humanas. Anos mais tarde, com o advento da escola pública em atendimento às demandas burguesas, as pessoas com deficiência tiveram acesso algum tipo de escolarização, associados a uma profissionalização básica. Em meio a enquadramentos didáticos-curriculares, os alunos com deficiência tiveram obstadas as possibilidades criativas de serem e lerem o mundo. É recente o direito destes à luta política e manifestações mais democráticas de afirmações culturais como símbolo de resistência à barbárie tão vivamente experienciado:

A tese que gostaria de discutir é a de que desbarbarizar tornou-se a questão *mais urgente da educação hoje em dia*. O problema que se impõe nesta medida é saber se por meio da educação pode se transformar algo de decisivo em relação à barbárie. (Adorno, 2010, pp. 155).

Os direitos humanos, o que engloba o direito público subjetivo à educação, são avanços constitucionais ao mesmo tempo que resultantes de estudos científicos e apoios teóricos presentes na psicologia, antropologia, sociologia e tantas outras ciências que tratam da formação humana. Não obstante, nas últimas quatro décadas, as relevâncias dos processos educacionais para a socialização alcançaram as minorias subalternamente violentadas pela padronização de modelos identitários únicos:

Adorno nos instiga a refletir sobre as possibilidades da formação em uma sociedade na qual impera a violência e, conseqüentemente, a violação dos direitos fundamentais. Dentre esses, direitos, destaca-se a educação como capaz de se contrapor à violência e aos seus efeitos deletérios sobre o indivíduo e a sociedade. Cabe-nos questionar sobre as possibilidades que a educação reúne em tempos tão anticivilizatórios para fazer frente às demandas por formação, inclusão e à afirmação dos direitos humanos em educação na contemporaneidade. (Costa, 2018, p.21).

O Brasil vive atualmente uma turbulência política que respinga incertezas e ansiedades em diversos setores, sobretudo na área da educação. Governantes acreditam que alterando o currículo irão alcançar índices satisfatórios no ranking da educação mundial. Se gasta vultosos valores para nos convencer de esta é a salvação. Pura falácia, pois para se ter um bom desempenho precisa se de um ensino de base conscientizadora para se formar cidadãos livres. Sobre o termo conscientização, Freire explica:

Acredita-se geralmente que sou autor deste estranho vocábulo ‘conscientização’ por ser este o conceito central de minhas idéias sobre educação. Na realidade, foi criado por uma equipe de professores do Instituto

Superior de Estudos Brasileiros por volta de 1964. Pode-se citar entre eles o filósofo Álvaro Pinto e o professor Guerreiro. Ao ouvir pela primeira vez a palavra conscientização, percebi imediatamente a profundidade de seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade. (Freire, 1987, p. 25).

Significativa essa observação de Freire, principalmente, quando nos referimos aos alunos com necessidades especiais a intenção maior é justamente a liberdade que ao longo dos anos lhes são tolhidas. É bem verdade que as famílias têm suas responsabilidades, mas sendo a escola responsável não só por transmitir mais oportunizar, propagar o conhecimento para formação dos indivíduos:

Portanto, a educação assume um papel estratégico na compreensão das causas e, conseqüentemente, no enfrentamento e superação da segregação e exclusão de indivíduos com deficiência historicamente considerada desigual, por não se submeterem aos desígnios da sociedade capitalista. (Costa & Leme, 2016, p. 33).

Um dos principais desafios da educação no Brasil não é a falta de estruturas; a malversação de recursos financeiros e materiais, e sim a falta de conscientização dos indivíduos em respeitar-se como seres humanos de uma mesma sociedade. No âmbito desse cenário de violação de direitos:

A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação a do ser-menos. Como distorção do ser-mais, o ser-menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra que os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. (Freire, 1987, p.16).

Sendo a escola espaço primordial para formação dos indivíduos há que se respeitar a quem ensina e a quem aprende e ao tempo necessário à aprendizagem. O direito de o ser humano ser tratado dignamente pelo poder público é uma questão essencial para o desenvolvimento de uma educação libertadora para um País democrático e socialmente desenvolvido.

Neste cenário de violação de direitos e ausência de respeito pelos indivíduos que inúmeras vezes se reflete nas relações entre os alunos, ocasionando o que atualmente é denominado de *bullying*, expressão utilizada da língua inglesa, *bullying* é um substantivo derivado do verbo *bully*, que significa "machucar ou ameaçar alguém mais fraco para forçá-lo a fazer algo que não quer" e o preconceito, caracterizado por opinião ou ideia que as pessoas formam ou criam antes mesmo da experiência com os indivíduos considerados desviantes e, por isso, suas vítimas.

No Brasil, por ser uma país de herança multicultural e multirracial teoricamente deveria ser livre de qualquer tipo de preconceito, mas é muito comum ocorrerem diversos atos de discriminação no cotidiano das pessoas, assim a violência obsta o lugar a que tem direito.

Crochík (2011) sustenta que o preconceito se caracteriza por um conteúdo específico dirigido ao seu objeto e por um determinado tipo de reação frente a ele, em geral, de estranhamento ou de hostilidade, ou seja, é uma ideia formada antecipadamente que se manifesta discriminatoriamente perante pessoas e que não tem fundamento crítico ou lógico. Pode-se entender o preconceito como um processo cultural, no sentido de estar naturalizado em algumas culturas e ou no imaginário de alguns indivíduos.

Pode-se pensar no diverso como - o que não é igual e, assim, a diversidade assume a perspectiva da desigualdade e não da diferença, imaginando uma sociedade livre, certamente haveria diferenças significativas entre os indivíduos. Mas, na sociedade organizada em classes, o que é afirmado são as desigualdades, a segregação e a exclusão social. (Costa & Leme, 2016, p. 33).

Problematizando nosso objeto de estudo

O principal problema a ser tratado nesta proposta é a violência seguida pelo preconceito que deforma, aniquila e que impede o digno exercício de cidadania, sendo ela, fruto de uma sociedade desigual e injusta. A violência se apresenta em diferentes formas, bem como o preconceito e o bullying. Entretanto as causas que propiciam este tipo de manifestação, é recorrente no ambiente escolar.

Apesar de termos todo um aparato inclusivista/legalista, como a Constituição da República Federal (Brasil, 1988), ao preconizar que a educação como direito social; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 9394 (Brasil, 1996), ao garantir a educação para todos; o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069 (Brasil, 1990), ao prever a proteção à criança e ao adolescente, dentre outras leis, decretos, portarias e resoluções para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência nas escolas da rede regular de ensino no Brasil, o preconceito ainda é um fato observado.

Pois, muitos esbarram com a questão do laudo médico para oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE), como apoio à inclusão de alunos com deficiência em salas de aula regulares. No Brasil, em escolas públicas, ainda é possível observar que a equipe pedagógica/diretiva de forma velada ignora esses alunos ou os convida, de forma sutil, a buscar outra escola que conte com ‘professores especializados’ para lidar com suas necessidades educacionais especiais. Este relato é apenas para ilustrar como a violência e o preconceito

estão tão presentes em nosso convívio ao analisarmos esses fatos ainda presentes no cotidiano da escola pública no Brasil, nos impelindo a considerar o que Costa (2018, p. 36) nos apresenta:

No Brasil, as políticas públicas e os movimentos sociais, em prol da inclusão dos grupos sob situação histórica de vulnerabilidade, tem contribuído para expor as ‘chagas que sangram’ devido à violência do preconceito contra esses grupos, dando visibilidade a essa questão. O que se manteve, por séculos ‘sob o tapete da sociedade burguesa’, atualmente revela sua face, mesmo que ‘maquiada’, provocando mal-estar pela imposição de se sair da ‘zona de conforto’ social que, até então, a segregação proporcionou.

Dessa forma podemos destacar o papel da escola em reproduzir formas de violências uma vez que ela também é vítima de uma sociedade desorganizada e injusta. Com o discurso de formar cidadãos críticos reflexivos a escola reduz os indivíduos a condição de subserviência, exploração diminuindo assim a capacidade do indivíduo de querer ser mais, alienando-os. Para Freire (1987, p. 204) a alienação só tem razão de ser em seu enfrentamento prático e emancipatório, sobre isso escreveu em “O caminho se faz caminhando. Espero que muitos de nós estejamos aprendendo como é difícil fazer história e como é importante apreender que nós estamos sendo feitos pela história que fazemos no processo social dentro da história.

Nessa perspectiva, há uma tensa relação entre o autoritarismo imposto as escolas pelos governantes em atingir metas, dobrar índices, mascarando o real desempenho dos alunos e a liberdade dos professores em ensinar. Isto posto, inúmeros questionamentos surgem tais como: Quais são as ideias e teorias que se impõe aos alunos acerca do bullying e do preconceito? De que modo a manifestação do bullying e do preconceito interfere no desempenho dos alunos?

Método

Para elaboração deste estudo, que objetiva a compreensão de fenômenos sociais como o preconceito e o *bullying*, nos orientamos por intermédio da investigação social teórico-empírica, tendo como suporte a Teoria Crítica da Sociedade com ênfase no pensamento de Adorno & Horkheimer (1978, p. 120):

O conceito de investigação social empírica não define tanto um setor quanto um método, cuja tendência é para se estender a toda a área da sociologia e que se inspira “na exigência de uma investigação exata e objetiva, de acordo com a orientação estabelecida pelas ciências naturais. Para tal propósito, é essencial o papel dos critérios de verificabilidade ou falsidade dos enunciados, da quantificação, da repetição — numa palavra, da máxima independência dos momentos subjetivos da investigação.

O *locus* desta pesquisa é a Escola Técnica Estadual Henrique Lage foi fundada em 16/06/1923 com a denominação de Escola Profissional Washington Luiz e incorporada ao patrimônio do Estado pelo Governador Feliciano Sodré em 1926. Em 1931 passou a denominar-se Escola do Trabalho do Rio de Janeiro e em 1941, por

ocasião da morte do grande empresário Henrique Lage, a escola passa a ser designada Escola Profissional Henrique Lage em homenagem a este que tanto contribuiu para o desenvolvimento técnico no Estado do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, do Brasil. Em 1964 recebe uma nova denominação passando a chamar-se Colégio Industrial Henrique Lage e, em 1976, integrando a rede de escolas públicas estaduais assume a denominação de Colégio Estadual Henrique Lage. Em 1988, passa a ser chamada Escola Técnica Estadual Henrique Lage, denominação que permanece até os dias atuais, tendo sido incorporada à Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), subordinada à Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia desde 1996. Ao longo desses anos consolidou-se como conceituada Instituição de Formação Técnica, oferecendo atualmente os cursos técnicos em Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Construção Naval e Máquinas Navais, como também outros de curta duração, tais como de Formação Inicial e Continuada (F.I. C.). A referida está situada na cidade de Niterói/Rio de Janeiro, Brasil.

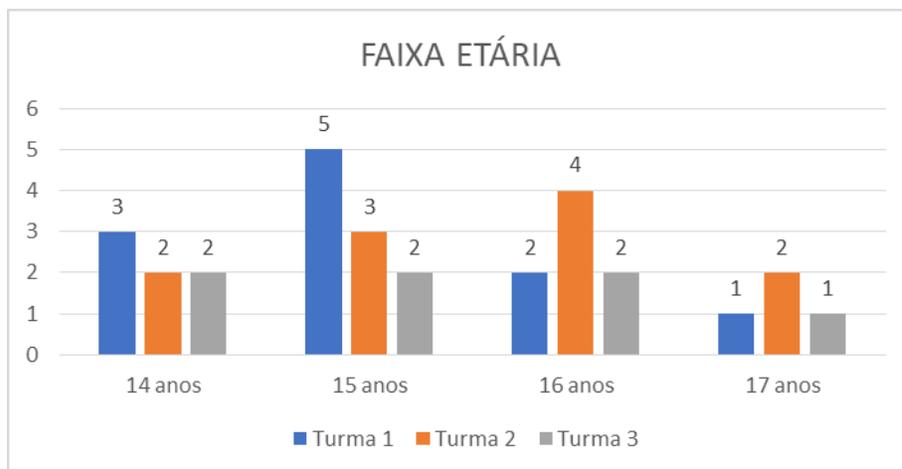
No referido colégio ocorreram três encontros; um deles com a equipe pedagógica centrado na apresentação do projeto de pesquisa e dos instrumentos de coleta de dados, como o questionário de caracterização da escola e o questionário para os alunos. Em um segundo momento, foi realizada uma entrevista com os professores que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Esses professores são das áreas de Artes, Língua Portuguesa e Educação Física, que prontamente responderam às questões do roteiro de entrevista. Posteriormente, houve a coleta de dados dos estudantes de três turmas do 9º ano com a presença dos docentes.

Discussões e Resultados

Por ocasião da aplicação do Questionário de Caracterização da Escola houve receptividade da equipe pedagógica. A maioria respondeu prontamente às questões do roteiro da entrevista tanto em relação à caracterização da escola quanto ao 'grau de inclusão'. Mesmo os dados ainda não tenham sido analisados à luz dos critérios considerados inclusivos, por se tratar de uma pesquisa em processo, considerou-se que a escola participante admite combater a discriminação e a segregação dos estudantes em situação de inclusão, com ações pedagógicas coletivas, tais como reuniões com responsáveis pelos estudantes e professores. Por outro lado, observou-se existir um baixo grau de conscientização sobre as causas da violência escolar.

Por se tratar de uma pesquisa em processo de desenvolvimento, apresentamos alguns dados até agora coletados para se ter uma amostra das questões que envolvem a violência em suas diversas formas:

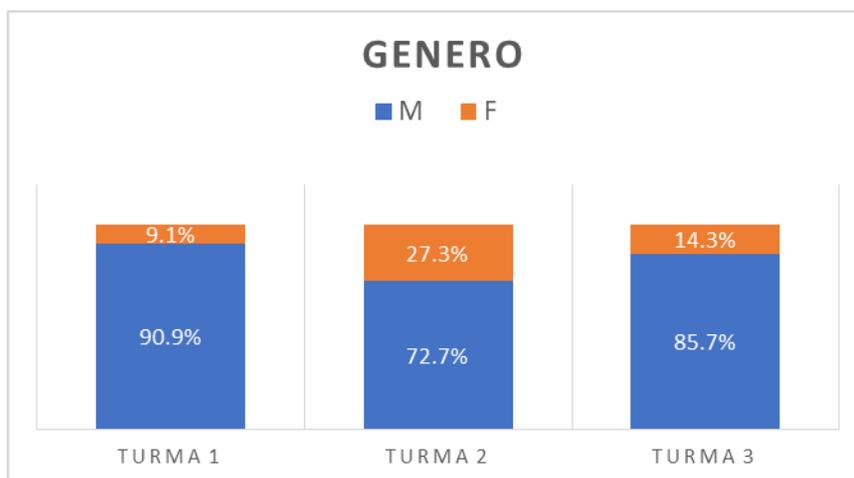
Tabela 1
Faixa Etária



Fonte: Elaboração própria

Tabela 2
Gênero

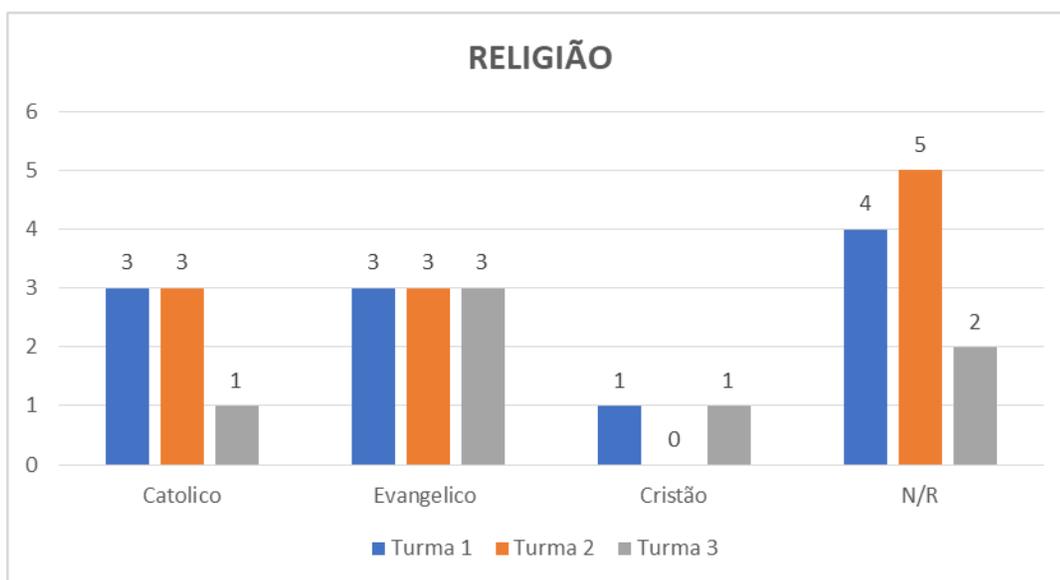
A incidência de meninos na Escola Técnica ainda é maior do que de meninas, denotando que a figura feminina ainda apresenta pouca frequência no ambiente tecnológico



Fonte: Elaboração própria

Tabela 3
Religião

Embora haja um número expressivo de frequentadores de igrejas, o maior índice é de alunos que se autodeclararam sem religião

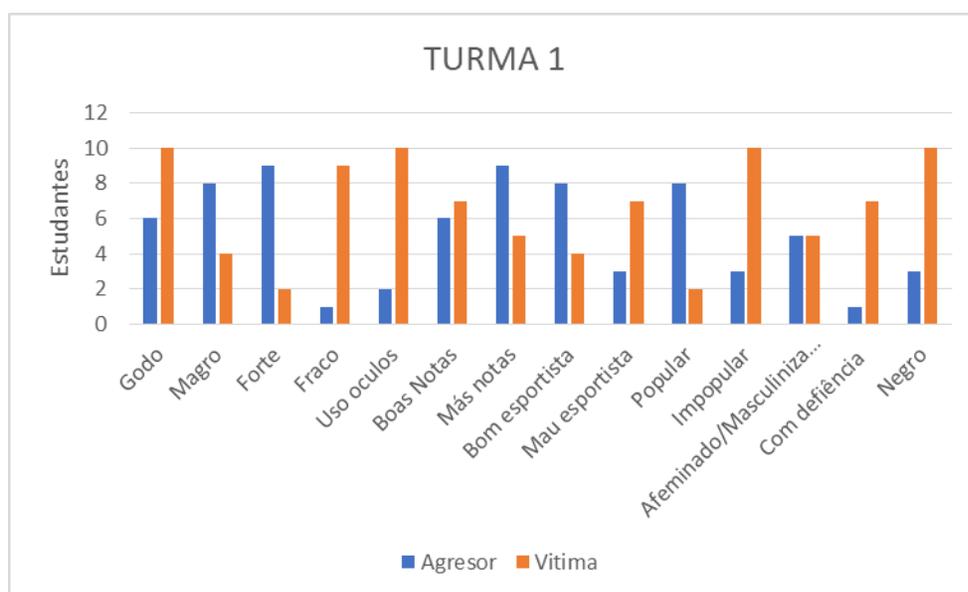


Fonte: Elaboração própria

Tabela 4

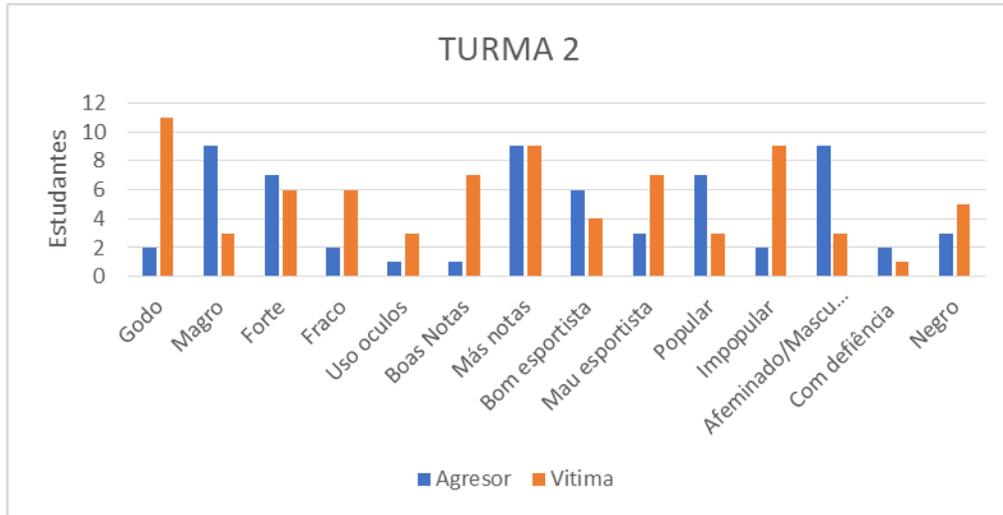
Características do agressor e da vítima de acordo com a Turma 1

A série 1 (azul) corresponde aos agressores e a série 2 (laranja) corresponde às vítimas da violência



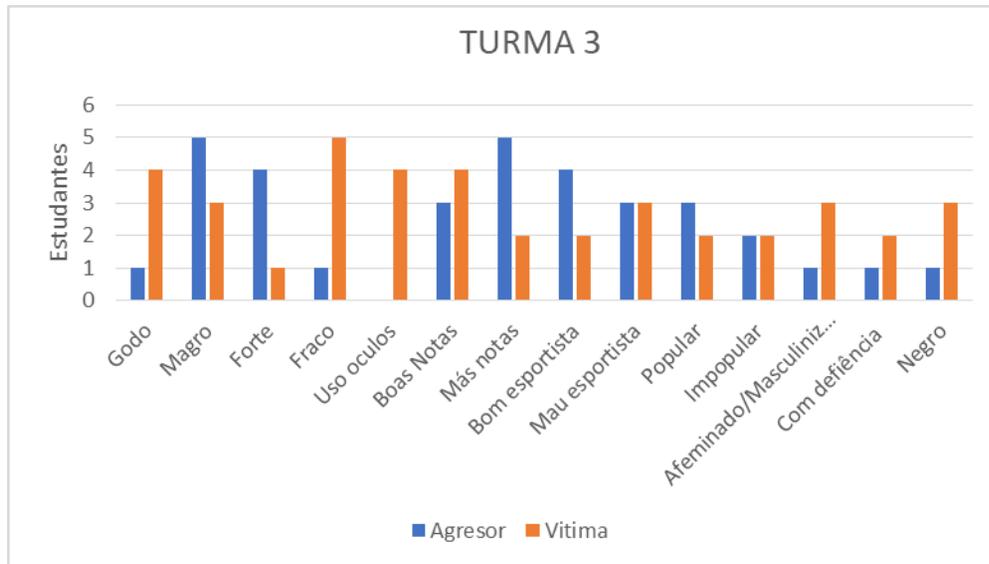
Fonte: Elaboração própria

Tabela 5
Características do agressor e da vítima de acordo com a Turma 2



Fonte: Elaboração própria

Tabela 6
Características do agressor e da vítima de acordo com a Turma 3



Fonte: Elaboração própria

É frequente se atribuir culpa às(aos) professores pelas adversidades ocorridas na escola, não sendo diferente quando o *bullying* e o preconceito se manifestam na escola. Pois, na ausência de conhecimento observamos no decorrer das entrevistas, narrativas de professoras e professores sobre ‘não saber como lidar com estas questões’. É sabido que ninguém é imune à violência, sobretudo, ao considerarmos o pensamento de Adorno (2010, p. 149), ao afirmar que “Os chamados fenômenos da alienação se baseiam na estrutura social. O defeito mais grave com que nos defrontamos atualmente consiste em que os homens não estão mais aptos à experiência, mas interpõem entre si mesmos e aquilo a ser experimentado, aquela camada estereotipada a que é preciso se opor”. Por isso, a luta em prol de professoras e professores que se sintam desafiados a se contrapor à manifestação da violência na escola onde atuam.

Considerações finais

O desenvolvimento desta pesquisa permite constatar o quanto a violência é maléfica e seus efeitos podem ser devastadores à sociedade. Neste sentido, Adorno (2010, p.142) afirma que ‘[...] a educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo. Com o intuito de chamar a atenção para a importância e a necessidade de se combater o *bullying* e o preconceito é que esta pesquisa dá passos para identificar e problematizar as causas que propiciam tais manifestações na escola pública brasileira.

Referências

Adorno. T. W. (2010). *Educação e Emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. & Horkheimer, M. (1978). *Temas Básicos da Sociologia*. 2ªEd., São Paulo, Cultrix, cap.VIII, p.120.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federal do Brasil*.

_____. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, de 20 de dezembro.

_____. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069, de 13 de julho.

Costa, V. A. da. (2018). Formação, inclusão e educação em direitos humanos no Brasil: desafios e perspectivas. In: Vargas Segura R. & Costa, V. A. da. (coords.) *Direitos humanos em educação: formação e inclusão no Brasil e México*. Niterói: Intertexto Editora x Capes (Brasil), México: Capub Editorial Académica (México), 296 p. cap.1, pp. 35-56.

_____. & Leme, E.S. (2016). Educación Inclusiva en Brasil: Aspectos políticos, sociales y humanos. In: Vargas Segura, R. & Costa, V. A. da. (coords.) *Educación Inclusiva en América Latina: Políticas, investigaciones y experiencias*. México: Capub Editorial Académica, 2016. 202p., cap.1, p.23-48.

Crochík, J. L. (2011). *Preconceito, Individuo e Cultura*. 3. Ed., São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.